



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h30min**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 7º PERÍODO - DATA: 02/05/2019 - SUB

## GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D

Disciplina: Direito Administrativo II  
Professor: Nelson Oberlander Reis Júnior

### Questão 01

Sobre licitações, marque a alternativa CORRETA.

- a) ( ) Na tomada de preços, o cadastramento prévio dos licitantes pode ser feito até 02 (dois) dias úteis anteriores ao recebimento das propostas.
- b) ( ) É cabível, por se tratar de serviço comum, licitar, por meio da modalidade pregão, serviços e obras de engenharia.
- c) ( ) Independente do valor, a concorrência é a modalidade obrigatória para a compra e alienação de bens imóveis.
- d) ( ) O concurso tipo maior lance é a modalidade cabível para a aquisição de bens móveis inservíveis para a Administração ou produtos legalmente apreendidos.

### Questão 02

Ampla publicidade e universalidade são características ínsitas à seguinte modalidade de licitação:

- a) ( ) Convite.
- b) ( ) Tomada de Preços.
- c) ( ) Concorrência.
- d) ( ) Leilão.

### Questão 03

A inexigibilidade de licitação:

- a) ( ) não existe no direito brasileiro.
- b) ( ) decorre da inviabilidade de competição verificada no caso concreto.
- c) ( ) reduz-se às hipóteses taxativamente previstas em lei.
- d) ( ) não exige justificativa e ratificação da autoridade superior.

### Questão 04

Assinale a alternativa que apresenta somente modalidades de licitação, conforme o previsto na legislação.

- a) ( ) Leilão, convite, concorrência e concurso.
- b) ( ) Tomada de preço, maior lance ou oferta, melhor técnica e convite.
- c) ( ) Menor preço, melhor técnica e preço, leilão e concorrência,
- d) ( ) Melhor técnica, concorrência, menor preço e tomada de preço.

### Questão 05

Com relação aos princípios básicos da licitação, previstos na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com posteriores alterações, é INCORRETO afirmar que a lei contempla o seguinte princípio:

- a) ( ) vinculação ao instrumento convocatório.
- b) ( ) promoção do desenvolvimento sustentável.
- c) ( ) sigilo da licitação, dos seus atos e decisões.
- d) ( ) julgamento objetivo.

### Questão 06

De acordo com o objeto a ser solicitado, a Administração Pública faz uso de diferentes modalidades de licitação. Em uma licitação do tipo menor preço de uma obra de engenharia com valor estimado de R\$ 850.000,00, o prazo mínimo para uma empresa entregar a proposta de preço é de:

- a) ( ) 35 dias.
- b) ( ) 5 dias.
- c) ( ) 15 dias.
- d) ( ) 30 dias.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial V  
Professora: Juliana Maria Souza Murcia Soler

### Questão 07

Acerca da regressão de regimes é CORRETO afirmar:

- a) O rol legal que autoriza a regressão de regimes é taxativo, não podendo o juiz inovar tais hipóteses;
- b) Ao reconhecer o cometimento de falta grave, e regredir o regime de pena do sentenciado, o juiz não poderá declarar a perda dos dias remidos;
- c) O juiz da execução, ao decretar a regressão de regime prisional em face do cometimento de falta grave ou crime doloso, não deverá proceder com prévia oitiva do reeducando;
- d) Não será decretada a regressão de regime pelo cometimento de falta grave;

### Questão 08

Analise a seguinte situação hipotética e assinale a alternativa correta:

Joaquim, réu primário condenado em crime hediondo. Lucio, reincidente condenado em crime hediondo. E Pedro, réu primário, condenado por crime de furto simples. Para que façam jus a progressão de regimes é correto afirmar que o lapso temporal exigido será:

- a) Joaquim 2/5 da pena, Lucio 3/5 da pena e Pedro 1/6 da pena.
- b) Joaquim, Lucio e Pedro, 1/6 da pena
- c) Joaquim e Lucio, 3/5 da pena e Pedro 1/6
- d) Joaquim e Lucio 2/5 da pena e Pedro 1/2 da pena

### Questão 09

A lei de execução penal prevê a possibilidade de remição penal, as afirmativas abaixo estão corretas, EXCETO:

- a) a remição poderá ser perdida em até 1/3 caso seja reconhecida a prática de falta grave.
- b) Em caso de acidente de trabalho, o preso que fique impossibilitado de prosseguir no trabalho, continuará a se beneficiar da remição;
- c) é impossível a cumulação dos casos de remição pelo trabalho e estudo, mesmo havendo compatibilidade de horário;
- d) A contagem de tempo será feita à razão de um dia de pena a cada horas de estudo.

### Questão 10

Assinale a alternativa correta:

- a) A remição será declarada pelo diretor do presídio, sem necessidade de serem ouvidos o Ministério Público e a defesa.
- b) O condenado que cumpre pena em regime semi-aberto não poderá remir a pena em nenhuma hipótese.
- c) Caso o condenado conclua o ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação, o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de um terço.
- d) A remição não é cumulativa, assim independente de compatibilidade de horário, o reeducando deve optar por qual deseja remir, seja estudo, trabalho ou leitura.

Disciplina: Direito Civil – Das Coisas I  
Professora: Patrícia Cardoso

### Questão 11

Paulo recebeu por comodato a posse de uma casa. Entretanto, João, proprietário do imóvel, após alguns meses, notificou extrajudicialmente Paulo para que lhe devolvesse o bem. Caso Paulo recuse a restituição, em afronta à boa-fé objetiva e à proteção da confiança legítima, estar-se-á diante da:

- a) intersversão da posse, tornando-a em posse injusta em razão da precariedade.
- b) legítima defesa da posse, tornando-a em posse de má-fé.
- c) intersversão da posse, tornando-a em posse injusta em razão da violência.
- d) intersversão da posse, tornando-a em posse injusta em razão da clandestinidade.

### Questão 12

Carlos, proprietário de uma chácara, contratou Daniel para trabalhar como caseiro, oferecendo-lhe moradia na propriedade onde o serviço deverá ser prestado.

Nessa situação hipotética, caso ocorra o esbulho da posse da chácara durante uma viagem de férias de Carlos, Daniel...

- a) terá legitimidade para ingressar com ação possessória, porque detém a posse direta da chácara.
- b) terá legitimidade para ingressar com ação possessória, pois, nessa situação, a posse é pro diviso.
- c) não terá legitimidade para ingressar com ação possessória, porque tem somente posse mediata do bem.
- d) nenhuma das alternativas acima está correta.

### Questão 13

No que se refere ao instituto da posse no Direito Civil brasileiro, ocorre a tradição *brevi manu* no caso em que:

- a) o possuidor de bem imóvel em nome próprio passa a possuí-lo em nome alheio.
- b) se verifica a transmissão da posse pela regra da boa-fé.
- c) o possuidor de coisa em nome alheio passa a possuí-la em nome próprio.
- d) o sucessor universal continua a posse do seu antecessor.

### Questão 14

Pedro e José são proprietários de terrenos vizinhos. Aproveitando-se da ausência de José, que foi residir no exterior, Pedro, um dia após a partida de José, invade parte do imóvel vizinho e lá passa a cultivar verduras. Após nove meses, José retorna de férias ao Brasil e encontra o terreno invadido. Quanto à retomada do imóvel, José

- a) nada poderá fazer, pois o terreno passou a ser produtivo com as verduras.
- b) deverá fazê-la de imediato, por meio da autotutela do desforço possessório sempre com a ajuda dos policiais e após autorização judicial.
- c) não poderá reavê-lo, salvo indenização das benfeitorias úteis custeadas por Pedro.
- d) deverá ajuizar ação possessória própria e ressarcir as despesas do cultivo.

### Questão 15

Analise as assertivas e em seguida marque a alternativa correta:

- I. O possuidor tem direito de ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho.
- II. Considera-se possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- III O Código Civil reconhece como justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- IV A posse de terras públicas não autoriza a aquisição da propriedade através de usucapião.

- a) somente a assertiva I está correta
- b) somente a assertiva II está correta
- c) somente as assertivas I e III estão corretas
- d) somente as assertivas II e IV estão corretas

### Questão 16

A definição de posse segundo o Código Civil - é o exercício pleno ou não de alguns poderes inerentes ao domínio ou à propriedade - Esta definição:

- a) Se lastreia na teoria subjetiva de Savigny.
- b) Se funda na teoria subjetiva de Ihering.
- c) Se funda na teoria objetiva de Savigny.
- d) nenhuma das alternativas acima

Disciplina: Direito Processual Civil III  
Professora: Laurinéia Borges Souza Silva

### Questão 17

Carlos, domiciliado na Comarca A, intentou, ali, ação de cobrança de uma obrigação contratual em face de Pedro, domiciliado na Comarca B. Por entender que a demanda deveria tramitar no foro onde tem domicílio, Pedro deverá suscitar a matéria através de:

- a) Exceção de incompetência relativa;
- b) Exceção de incompetência absoluta;
- c) Preliminar em contestação;
- d) Reconvenção;

### Questão 18

Assinale a alternativa que indica matérias que, se não forem arguidas pelo réu em preliminar de contestação, ficarão sujeitas à preclusão.

- a) Litispêndência e coisa julgada
- b) convenção de arbitragem e incompetência relativa
- c) inépcia da petição inicial
- d) incompetência absoluta

### Questão 19

A reconvenção poderá

- a) ser conexa com o fundamento da defesa.
- b) proporcionar prazo em dobro para a defesa.
- c) ser proposta sem o valor da causa.
- d) substituir a contestação.

### Questão 20

Sobre as diversas modalidades de resposta do réu, assinale a alternativa que está de acordo com o Novo Código de Processo Civil.

- a) Caso o réu deseje reconvir, deve necessariamente apresentar contestação.
- b) Todas as matérias argúveis em preliminar da contestação podem ser conhecidas de ofício pelo juiz, porque são consideradas de ordem pública.
- c) É inadmissível a ampliação subjetiva do processo através da reconvenção.
- d) Admite-se reconvenção na ação monitória, sendo vedada, no entanto, a reconvenção à reconvenção.

Disciplina: Direito Processual Penal I  
Professora: Ilídia Aparecida Silva

### Questão 21

Considerando a disciplina da aplicação de lei processual penal e os tratados e convenções internacionais, assinale a alternativa correta.

- a). A lei processual penal aplica-se desde logo, conformando um complexo de princípios e regras processuais penais próprios, vedada a suplementação pelos princípios gerais de direito.
- b). A superveniência de lei processual penal que modifique determinado procedimento determina a renovação dos atos já praticados.
- c). A lei processual penal não admite interpretação extensiva, ainda que admita aplicação analógica.
- d). Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo.

### Questão 22

Pelo princípio do estado de inocência, adotado no Brasil:

- a) a pessoa só pode ser considerada culpada após a sentença condenatória.
- b) não se admite a prisão provisória.
- c) a restrição à liberdade do acusado antes da sentença definitiva só deve ser admitida a título de medida cautelar, de necessidade ou conveniência, segundo estabelece a lei processual.
- d) cabe ao réu o dever de provar a sua inocência.

### Questão 23

Nas ações penais públicas incondicionadas, em regra, vigoram os princípios abaixo, EXCETO:

- a) da obrigatoriedade.
- b) da indiesistibilidade.
- c) da disponibilidade.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

### Questão 24

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Ministério Público poderá requerer sempre a devolução do inquérito à autoridade policial.
- b) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, prescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- c) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.

### Questão 25

No sistema inquisitivo:

- a) não há regras de igualdade e liberdade processuais.
- b) o processo será secreto.
- c) a confissão é elemento suficiente para a condenação.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

**Questão 26**

No processo penal:

- a) vigora o princípio da verdade formal.
- b) vigora o princípio da verdade real.
- c) vigora o princípio da verdade real, de forma absoluta.
- d) vigora o princípio da verdade formal, de forma absoluta.

Disciplina: Direito Empresarial III Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho
--

**Questão 27**

Empresário que exerce atividade empresária sem prévia inscrição no Registro do Comércio:

- a) poderá pleitear recuperação judicial em caso de crise econômico financeira.
- b) estará sujeito à decretação de sua falência no caso de impontualidade.
- c) poderá requerer a falência de empresário irregular.
- d) poderá requerer a falência de empresário regular.

**Questão 28**

A norma de regência preconiza que será decretada a falência do devedor que, sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados, cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos na data do pedido de falência. À luz da inteligência supra, considere as proposições formuladas abaixo e assinale a incorreta:

- a) Há pespego à formação de litisconsórcio de credores para que, acudindo ao comando legal, se reúnam de molde a formatar o valor exigido, superior a 40 (quarenta) salários mínimos, na perspectiva do requerimento falimentar;
- b) Com a expressão “sem razão relevante”, objetiva-se evidenciar a falta de motivo, fundamento ou causa capaz de justificar o estado moroso, fazendo-se presumir o absoluto inadimplemento, sendo certo que, se sobrevier fato modificativo ou extintivo, deverá ser suscitado na oportunidade de defesa;
- c) O valor superior a 40 (quarenta) salários mínimos, na data do ajuizamento, reporta-se ao importe original da obrigação, sem a perspectiva de atualização monetária e incidência de juros;
- d) A situação determina a condição necessária de empresarialidade e o importe mínimo de obrigação líquida e certa, no teto de 40 (quarenta) salários mínimos vigentes, no propósito de se impedirem somas irrisórias que pudessem tisonar a relação custo/benefício do procedimento.

**Questão 29**

Com base na teoria geral do processo falimentar, assinale a opção correta.

- a) O empresário excluído absoluta ou relativamente do processo falimentar pode submeter-se à insolvência civil.
- b) Para que se instaure o processo de execução concursal denominado falência, é imprescindível a sentença declaratória de falência.
- c) A impontualidade injustificada e a execução frustrada, por si sós, não são essenciais para a decretação da falência de uma sociedade empresária.
- d) Deve ser feita por meio da falência a execução concursal do devedor que explore atividade econômica, mesmo sem empresarialidade, e que se encontre desprovido de recursos para pagar as dívidas.



### Questão 30

Em relação à falência, considere:

- I. São excluídas da falência as sociedades de economia mista, as empresas públicas, as câmaras de compensação e de liquidação financeira e as entidades fechadas de previdência complementar.
- II. Para se decretar a falência da sociedade empresária exige-se a comprovação da insuficiência do ativo para a solvência do passivo.
- III. Na falência requerida com fundamento na tríplice omissão a lei não exige que o título objeto da execução tenha valor mínimo.
- IV. Configura ato de falência (art. 94, inc. III, da Lei no 11.101/2005) a transferência do estabelecimento comercial a terceiro, credor ou não, com o consentimento de todos os credores.
- V. A competência para a apreciação do processo falimentar, quando a empresa possui mais de um estabelecimento comercial situados em locais abrangidos por diferentes foros, é aquele em que se localiza a matriz da sociedade, assim indicada no contrato societário.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e IV.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) IV e V.

Disciplina: OP II: Oratória e Comunicação Jurídica – Teoria e Prática Professor: Dr. Eliel Ribeiro Carvalho
--

### Questão 31

Determinado aluno tenta convencer o professor de que a sua resposta da prova está correta e que o professor teria equivocado ao corrigir. Depois de argumentar bastante e deixar transparecer que estava a fim de enganar o professor, este diz ao aluno: “Você acha que nasci ontem?”. O texto está referindo-se à:

- a) Pergunta Persuasiva
- b) Pergunta Racional
- c) Pergunta Retórica
- d) Nenhuma das alternativas acima

### Questão 32

No tocante à oratória, é uma expressão do âmbito jurídico e está presente no Código de Processo Civil:

- a) persuasão racional
- b) dialética
- c) elocução
- d) fixação

### Questão 33

É o tipo de ouvinte que fingem estar ouvindo, enquanto na realidade está prestando atenção a alguma outra coisa:

- a) pessoas que tem por costume interromper os outros enquanto ouvem
- b) pessoas que acreditam que sabe mais do que a pessoa que está falando
- c) “pseudo ouvinte”
- d) ouvinte esquecido